

Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



Joinville, 29 de março de 2016

Autopista Litoral Sul S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A.
Joinville - SC

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.188	30.966	Empréstimos e financiamentos	12	37.898	32.706
Contas a receber	6	12.939	18.331	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	47.319	80.204
Contas a receber - partes relacionadas	15	-	533	Debêntures	13	-	30.039
Estoques		-	536	Fornecedores	14	22.449	29.990
Despesas antecipadas		3.942	1.949	Obrigações sociais		7.296	6.355
Impostos a recuperar		5.768	4.907	Obrigações fiscais		3.378	3.922
Outros créditos		986	2.268	Contas a pagar - partes relacionadas	15	2.110	3.577
Total dos ativos circulantes		<u>37.823</u>	<u>59.490</u>	Cauções contratuais		12.057	13.590
				Taxa de fiscalização		824	769
NÃO CIRCULANTES				Provisão para investimentos em rodovias	16	14.520	14.563
Aplicações financeiras vinculadas	8	17.357	17.132	Sinistros Recebidos	17	2.536	14.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	10.757	-	Outras contas a pagar		3.396	2.067
Depósitos judiciais	16	61.780	9.469	Total dos passivos circulantes		<u>153.783</u>	<u>232.623</u>
Outras contas a receber		220	220	NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	9	1.907	3.144	Empréstimos e financiamentos	12	516.416	464.147
Intangível	10	1.619.445	1.351.671	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	611.245	331.414
Diferido	11	8.953	11.723	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	905	1.217
Total dos ativos não circulantes		<u>1.720.419</u>	<u>1.393.359</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	11.675
				Provisão para manutenção em rodovias	16	63.506	47.044
				Provisão para investimentos em rodovias	16	25.144	22.970
				Outras contas a pagar		2.778	-
				Total dos passivos não circulantes		<u>1.219.994</u>	<u>878.467</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18 a.	388.996	303.996
				Reservas de lucros	18 b.	(4.531)	37.763
				Total do patrimônio líquido		<u>384.465</u>	<u>341.759</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>1.758.242</u></u>	<u><u>1.452.849</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.758.242</u></u>	<u><u>1.452.849</u></u>

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	<u>Nota explicativa</u>	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	480.886	621.570
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(439.845)	(537.621)
LUCRO BRUTO		41.041	83.949
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(26.789)	(25.124)
Remuneração da Administração	15	(1.767)	(1.398)
Tributárias		(240)	(251)
Outras receitas operacionais, líquidas		23	47
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.268	57.223
RESULTADO FINANCEIRO		(76.365)	(58.859)
Receitas financeiras	21	8.346	6.285
Despesas financeiras	21	(84.711)	(65.144)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23	(64.097)	(1.636)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	23	(629)	-
Diferidos	23	22.434	1.420
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	24	<u>(42.292)</u>	<u>(216)</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A			
Participação de controladores		<u>(42.292)</u>	<u>(216)</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	24	<u>(0,15222)</u>	<u>(0,00086)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital	Reservas de lucros		Lucros	
	<u>Explicativa</u>	<u>social</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção</u>	<u>acumulados</u>	<u>Total</u>
				<u>de lucros</u>		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>221.253</u>	<u>2.490</u>	<u>35.489</u>	<u>-</u>	<u>259.230</u>
Aumento de capital	18.a	82.743	-	-	-	82.743
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	(216)	(216)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>303.996</u>	<u>2.490</u>	<u>35.489</u>	<u>(216)</u>	<u>341.757</u>
Aumento de capital	18.a	85.000	-	-	-	85.000
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	(42.292)	(42.292)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>388.996</u>	<u>2.490</u>	<u>35.489</u>	<u>(42.508)</u>	<u>384.465</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA O PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(42.292)	(216)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	57.316	31.644
Baixa de ativos permanentes	12.426	14.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.434)	(1.421)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(2.027)	-
Juros e variações monetárias de empréstimos - partes relacionadas	59.650	37.459
Juros e variações monetárias de empréstimos	16.835	21.377
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	5.189	3.892
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(200)	772
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	13.448	6.274
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	5.392	(8.767)
Contas a receber - partes relacionadas	533	-
Estoques	536	(294)
Despesas antecipadas	(1.993)	(6.342)
Impostos a recuperar	(514)	(561)
Outros créditos	1.282	(1.846)
Depósitos judiciais	(3.218)	(6.262)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(11.544)	2.588
Fornecedores - partes relacionadas	(181)	(623)
Cauções contratuais de fornecedores	(1.091)	(630)
Obrigações sociais	941	816
Obrigações fiscais	3	388
Imposto de renda e contribuição social pagos	(632)	-
Sinistros Recebidos	(11.812)	-
Outras contas a pagar	3.614	(11.799)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(112)	-
Outros passivos	(1.888)	40
Pagamento de juros	(58.249)	(36.764)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	18.978	44.341
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(532)	(1.042)
Aquisições de itens do intangível	(333.329)	(406.214)
Aplicação financeira vinculada	(6.148)	(4.036)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	7.603	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(332.406)	(411.292)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	84.404	150.838
Pagamentos	(29.171)	(24.903)
Aumento de Capital	85.000	80.000
Debêntures:		
Pagamentos de debêntures - principal	(26.100)	-
Empréstimos de empresas ligadas	182.517	150.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	296.650	355.935
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16.778)	(11.016)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(30.966)	41.982
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>(14.188)</u>	<u>30.966</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA O PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	223.440	227.403
Receita dos serviços de construção	273.726	415.534
Outras receitas	<u>3.532</u>	<u>-</u>
	<u>500.698</u>	<u>642.937</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(48.021)	(44.749)
Custo dos serviços de construção	(273.726)	(415.534)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.829)	(19.947)
Custo da concessão	(13.837)	(14.819)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(13.448)	(6.071)
Outros	<u>(19.289)</u>	<u>(1.189)</u>
	<u>(374.150)</u>	<u>(502.309)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>126.548</u>	<u>140.628</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(57.316)	(31.644)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>69.232</u>	<u>108.984</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	8.346	6.284
Juros capitalizados	46.425	14.013
	<u>54.771</u>	<u>20.297</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>124.003</u>	<u>129.281</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	27.486	17.535
Benefícios	6.010	6.557
FGTS	1.752	1.451
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	(12.544)	13.705
Municipais	11.355	11.331
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	16.835	21.437
Juros capitalizados BNDES	26.306	14.013
Juros capitalizados Debentures	2.064	-
Aluguéis	2.554	769
Outras	6.772	5.242
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	59.650	37.458
Juros capitalizados sobre Mútuos	18.055	-
Integralização de Capital		
Lucro do exercício	(42.292)	(216)
	<u>124.003</u>	<u>129.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont nº 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

2. CONCESSÕES

A Autopista Litoral Sul é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007.

A Autopista Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO’s.

- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Em 24 de abril de 2013 foi assinado aditivo contratual onde estende a cobertura de concessão em 23,64 km e promove a alteração da localização da praça de pedágio P5 situada no km 220 para o km 243 ambos no município de Palhoça/SC.

Em 17 de junho de 2013 a ANTT publicou a Resolução nº 4.122 de 12 de junho de 2013, que trata das questões relativas à transferência dessa praça de pedágio.

Considerando que o atraso na obtenção do licenciamento ambiental impediu a execução das obras necessárias para a transferência da Praça de Pedágio, a resolução aprova a suspensão da cobrança de pedágio pelo período de 1 (um) ano, entre 22 de junho de 2013 e 22 de junho de 2014, ou até que seja efetivada a sua transferência para a nova localização. Em 20 de junho de 2014 ocorreu a efetiva mudança e conseqüentemente o início da cobrança pedágio.

A suspensão da cobrança da praça de pedágio P5 não tem impacto material nas receitas consolidadas da Companhia (Arteris S.A.), sendo que as demais praças de pedágio da concessionária Autopista Litoral Sul permanecem atuando normalmente, sem alterações de cunho operacional ou tarifário.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão dessa concessionária, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pela concessionária decorrente do contrato de concessão é:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$110.275 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A concessionária deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A concessionária assume integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- (e) A concessionária assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A concessionária assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- (g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A concessionária deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os montantes de R\$526.998 e de R\$667.941 respectivamente referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$580.983 e de R\$566.856 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A sociedade celebrou Termos de Ajuste de Conduta – (“TAC”), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$51,5 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão.

A Sociedade está definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo. Estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da

melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário – CDB, debêntures e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão

com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

Instrumentos financeiros passivos

Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção da rodovia em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	15.191	15.205
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>14.520</u>	<u>14.563</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(671)</u>	<u>(642)</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	26.457	26.457
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>25.144</u>	<u>22.970</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.313)</u>	<u>(3.487)</u>
 Provisão para manutenção em rodovias - real	75.774	59.886
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>63.506</u>	<u>47.044</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(12.268)</u>	<u>(12.842)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente.

Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº18.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)
Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)

<p>Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture</p>	<p>As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.</p>	<p>(1)</p>
<p>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação</p>	<p>As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.</p>	<p>(1)</p>
<p>Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa</p>	<p>Fornece os esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.</p>	<p>(2)</p>
<p>Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro</p>	<p>Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.</p>	<p>(2)</p>
<p>IFRS 15 – Receita de contratos com clientes</p>	<p>Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.</p>	<p>(3)</p>
<p>IFRS 9 – Instrumentos financeiros</p>	<p>Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.</p>	<p>(3)</p>
<p>IFRS 16 – Arrendamento Mercantil</p>	<p>Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.</p>	<p>(4)</p>

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;
- (4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
<p>Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados</p>	<p>Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado.</p>
<p>Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)</p>	<p>As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.</p>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	2.207	3.131
Aplicações financeiras (*)	<u>11.981</u>	<u>27.835</u>
Total	<u><u>14.188</u></u>	<u><u>30.966</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações referem-se a fundos de investimentos exclusivos, compostos basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 75% e 101,58% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	11.746	15.472
Cupons de pedágio a receber	1.150	1.212
Receitas acessórias a receber	<u>43</u>	<u>1.647</u>
Total	<u><u>12.939</u></u>	<u><u>18.331</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	66.814	27.856
Provisão de participação nos lucros	1.758	1.920
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	905	1.217
Provisão para manutenção	63.506	47.044
Outras provisões	942	(45)
Ajuste dos encargos financeiros	5.682	2.679
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(114.281)	(115.117)
Amortização passiva dos ajustes - mudança de práticas contábeis	6.204	-
Estorno de capitalização de juros	<u>108</u>	<u>108</u>
Base de cálculo	<u>31.638</u>	<u>(34.338)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social	<u><u>10.757</u></u>	<u><u>(11.675)</u></u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Passivo não circulante</u>	
2017	491
2018	511
2019	532
Após 2020	9.223
	<u>10.757</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$17.357 e em 31 de dezembro de 2014 de R\$17.132, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 100% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Outras Imobilizações	Imobilizado em Andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2013	823	273	70	855	407	955	196	3.579
Adições	106	292	-	166	188	129	161	1.042
Transferências / Reclassificações	1	-	-	-	(27)	(13)	(1)	(40)
Alienações/baixas	-	-	(1)	(10)	-	(1)	(8)	(20)
Saldo em 31.12.2014	930	565	69	1.011	568	1.070	348	4.561
Adições	35	96	-	167	226	8	-	532
Transferências / Reclassificações	(3)	22	-	(954)	511	(749)	(348)	(1.521)
Saldo em 31.12.2015	962	683	69	224	1.305	329	-	3.572
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2013	(329)	(134)	(58)	(65)	(42)	(390)	-	(1.018)
Depreciações	(75)	(127)	(10)	(55)	(22)	(98)	-	(387)
Transferências / Reclassificações	-	2	(1)	(2)	(12)	1	-	(12)
Saldo em 31.12.2014	(404)	(259)	(69)	(122)	(76)	(487)	-	(1.417)
Depreciações	(86)	(108)	(4)	(31)	(105)	(25)	-	(359)
Transferências / Reclassificações	(2)	7	4	53	(400)	449	-	111
Saldo em 31.12.2015	(492)	(360)	(69)	(100)	(581)	(63)	-	(1.665)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2014	526	306	-	889	492	583	348	3.144
Saldo em 31.12.2015	470	323	-	124	724	266	-	1.907
Taxas de depreciação - a.a.	9%	20%	20%	13%	12%	17%		

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	665.081	3.721	361.264	452	1.030.518
Adições	149.138	253	269.747	(13)	419.125
Transferências / Reclassificações	179.293	(11)	(179.242)	-	40
Alienações/baixas	(175)	-	(14.421)	-	(14.596)
Saldo em 31.12.2014	993.337	3.963	437.348	439	1.435.087
Adições	78.511	856	253.805	(195)	332.977
Transferências / Reclassificações	37.725	(87)	(36.117)	-	1.521
Alienações/baixas	(9.890)	-	(2.536)	-	(12.426)
Saldo em 31.12.2015	1.099.683	4.732	652.500	244	1.757.159
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(52.386)	(2.534)	-	-	(54.920)
Amortizações	(28.073)	(435)	-	-	(28.508)
Transferências / Reclassificações	-	12	-	-	12
Saldo em 31.12.2014	(80.459)	(2.957)	-	-	(83.416)
Amortizações	(53.951)	(236)	-	-	(54.187)
Transferências / Reclassificações	67	(178)	-	-	(111)
Saldo em 31.12.2015	(134.343)	(3.371)	-	-	(137.714)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	912.878	1.006	437.348	439	1.351.671
Saldo em 31.12.2015	965.340	1.361	652.500	244	1.619.445
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo

amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(18.498)</u>	<u>(15.728)</u>
	<u>8.953</u>	<u>11.723</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	junho/2026	37.898	32.706
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	junho/2026	<u>516.416</u>	<u>464.147</u>
Total			<u>554.314</u>	<u>496.853</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	39.188
2018	48.766
2019	52.629
A partir de 2020	<u>375.833</u>
	<u><u>516.416</u></u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos contratos de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do contrato de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%;
- f) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- g) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- h) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de quinze por cento da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 1. Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.

2. Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
3. Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da concessionária.
 - 3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos contratos.
- i) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Ativ	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- j) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- k) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- l) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
 - a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo econômico.

- b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
- c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão.
- e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

A Sociedade apresentou seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no item “h” acima a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção do contrato de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a vinte e cinco por cento do saldo devedor perante o BNDES, em até noventa dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de sessenta dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de doze meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até sessenta dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.12.2015 Circulante	31.12.2014 Circulante
1ª emissão (a)	2.610	CDI +1,4% a.a.	julho/2015	-	30.064
Custo de transação				-	(25)
Total				-	30.039

(a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 4 de outubro de 2013 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	04.10.2013	26.100	09.10.2013	26.130

A Sociedade quitou integralmente a 1ª emissão de debêntures na data de 6 de julho de 2015 conforme previsto no contrato.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$22.449 (R\$29.990 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e as transações realizadas nos exercícios, findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias (c)	-	533
Total	<u>-</u>	<u>533</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	47.319	80.204
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	930	634
Autopista Planalto Sul S.A. (a)	7	-
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias (b)	204	2.589
Latina Sinalização de Rodovias (b)	969	354
Total	<u>49.429</u>	<u>83.781</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	392.985	331.414
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (d)	218.260	-
Total	<u>611.245</u>	<u>331.414</u>

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	59.650	6.070	-	33.893	3.664
Latina Manutenção de Rodovias	224	-	-	156	-	-
Autopista Planalto Sul S.A.	-	-	-	-	-	58
Autopista Fernão Dias S.A.	-	-	-	-	-	41
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	-	-	-	-	-	1
Vianorte	-	-	-	-	-	1
Total	224	59.650	6.070	156	33.893	3.765

- (a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Decorrentes da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrada com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 28 de abril de 2017, 03 de junho de 2017 e 19 de agosto de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
28.04.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	122.518	10.189	-
01.04.2015	abril/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	2.865	-
03.07.2015	julho/2017	CDI + 1,50% a.a.	20.000	1.281	-
19.08.2015	agosto/2017	CDI + 1,50% a.a.	30.000	1.407	-
			202.518	15.742	-

- (e) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
04.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	4.000	3.383	2.604
17.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	4.229	3.255
29.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.691	1.302
06.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	6.766	5.209
27.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	6.000	5.074	3.906
05.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	10.000	8.456	6.511
28.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	10.000	8.456	6.511
05.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	4.229	3.255
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	17.000	14.376	11.072
10.06.2013	junho/2017	CDI + 1,700% a.a.	15.000	4.585	2.446
10.09.2013	setembro/2017	CDI + 1,700% a.a.	30.000	8.352	4.165
07.10.2013	outubro/2017	CDI + 1,700% a.a.	35.000	9.455	4.603
24.01.2014	janeiro/2017	CDI + 1,400% a.a.	40.000	9.147	3.902
06.03.2014	março/2017	CDI + 1,400% a.a.	25.000	5.401	2.158
01.04.2014	abril/2017	CDI + 1,400% a.a.	30.000	6.226	2.363
09.05.2014	maio/2017	CDI + 1,400% a.a.	35.000	6.847	2.385
20.06.2014	junho/2017	CDI + 1,400% a.a.	20.000	3.639	1.120
02.03.2015	março/2018	CDI + 1,400% a.a.	30.000	2.992	-
			<u>327.000</u>	<u>113.304</u>	<u>66.767</u>

Em 28 de Abril de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 28 de Outubro de 2014, sendo o valor de R\$50.000 correspondente ao principal e R\$2.477 referente a juros.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.767 (R\$1.398 em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.971 e R\$2.452.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado

e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>Utilização</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	1.047	113	(429)	(112)	619
Trabalhistas	170	180	(64)	-	286
Total	<u>1.217</u>	<u>293</u>	<u>(493)</u>	<u>(112)</u>	<u>905</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>Utilização</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	386	661	-	-	1.047
Trabalhistas	59	111	-	-	170
Total	<u>445</u>	<u>772</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.217</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$863 e R\$79, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$807 e R\$89 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$61.780 em 31 de dezembro de 2015 (R\$9.469 em 31 de dezembro de 2014) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como

possível ou remoto. O aumento em relação a 31 de dezembro de 2014 refere-se basicamente a indenizações para desapropriação de obras na faixa de domínio previstas no contrato de concessão. Este saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2013	14.563	38.924	20.924
Adições	-	6.274	-
Ajuste a valor presente	-	1.846	2.046
Saldos em 31.12.2014	<u>14.563</u>	<u>47.044</u>	<u>22.970</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	14.563	47.044	22.970
Adições	-	13.448	-
Utilizações	(45)	-	-
Ajuste a valor presente	2	3.014	2.174
Saldo em 31.12.2015	<u>14.520</u>	<u>63.506</u>	<u>25.144</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, possuía o saldo \$2.536 e de R\$14.841 respectivamente, que referem-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$388.996 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$303.996. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	31.12.2015		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	326.892.720	326.892.720	100%

	31.12.2014		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	252.630.712	252.630.712	100%

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 26 de janeiro de 2015, aumento de capital social, em dinheiro, no valor de R\$20.000, passando o capital social a R\$323.996, dividido em 267.412.678 ações ordinárias, com a emissão de 14.781.966 novas ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 17 de setembro de 2015, aumento de capital social, em dinheiro, no valor de R\$20.000, passando o capital social a R\$343.996, dividido em 283.037.678 ações ordinárias, com a emissão de 15.625.000 novas ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 19 de outubro de 2015, aumento de capital social, em dinheiro, no valor de R\$20.000, passando o capital social a R\$363.996, dividido em 298.662.678 ações ordinárias, com a emissão de 15.625.000 novas ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 05 de novembro de 2015, aumento de capital social, em dinheiro, no valor de R\$10.000, passando o capital social a R\$373.996, dividido em 314.287.678 ações ordinárias, com a emissão de 15.625.000 novas ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 19 de novembro de 2015, aumento de capital social, em dinheiro, no valor de R\$15.000, passando o capital social a R\$388.996, dividido em 326.892.720 ações ordinárias, com a emissão de 12.605.042 novas ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis,

trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	223.440	217.684
Receita de serviços de construção	273.726	415.534
Outras receitas	3.532	9.719
	<u>500.698</u>	<u>642.937</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	500.698	642.937
ISSQN	(11.355)	(11.331)
PIS	(1.507)	(1.576)
COFINS	(6.949)	(7.271)
Outras deduções	(1)	(1.189)
Receita líquida	<u>480.886</u>	<u>621.570</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(12.610)	(10.643)
Serviços de terceiros	(5.685)	(4.581)
Manutenção de bens e conservação	(149)	(367)
Depreciação / Amortização	(865)	(901)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	200	-
Despesas de aluguel	(1.027)	-
Seguros/Garantias	(19)	-
Consumo	(1.690)	(7.058)
Transportes	(800)	(800)
Outros	<u>(4.144)</u>	<u>(774)</u>
Total	<u><u>(26.789)</u></u>	<u><u>(25.124)</u></u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(273.726)	(415.534)
Com pessoal	(21.240)	(18.354)
Serviços de terceiros	(29.430)	(30.236)
Conservação	(12.056)	(9.979)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(3.024)	(3.599)
Consumo	(5.959)	(4.395)
Transportes	(5.170)	(3.790)
Verba de Fiscalização	(9.792)	(9.158)
Recurso p/desenvolvimento tecnológico (Federais)	(967)	(898)
Seguros / Garantias	(2.931)	(3.772)
Provisão de manutenção em rodovias	(13.448)	(6.071)
Depreciação / Amortização	(56.451)	(30.743)
Outros	<u>(5.651)</u>	<u>(1.092)</u>
Total	<u><u>(439.845)</u></u>	<u><u>(537.621)</u></u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	4.435	6.285
Outras receitas	3.911	-
Total	<u>8.346</u>	<u>6.285</u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(76.485)	(58.895)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.189)	(4.093)
Outras despesas	(3.037)	(2.156)
Total	<u>(84.711)</u>	<u>(65.144)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	34.383	32.023
Integralização de capital – reservas de lucro	-	2.742
Juros capitalizados	46.425	14.013
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(81.160)	(32.592)

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(64.097)	(1.636)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	21.793	556
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	12	864
Despesa contabilizada	<u>21.805</u>	<u>1.420</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(629)	-
Diferido	22.434	1.420
	<u>21.805</u>	<u>1.420</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

24. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo líquido do exercício	(42.292)	(216)
Número de ações durante o ano	277.827	252.631
Prejuízo por ação	<u>(0,15222)</u>	<u>(0,00086)</u>

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	31.12.2015	31.12.2014
	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	14.188	30.966
Contas a receber clientes	12.939	18.331
Aplicações financeiras	17.357	17.132
Partes relacionadas	-	533
Outras contas a receber	986	2.268

Passivos	31.12.2015	31.12.2014
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	34.506	46.507
Empréstimos e financiamentos	554.314	495.414
Debêntures	-	30.039
Partes relacionadas	660.674	414.611
Taxa de fiscalização	824	769
Outras contas a pagar	8.710	16.908

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(87.144)	(108.900)	(130.644)	(65.377)
Receita de aplicações financeiras	4.074	5.093	6.111	3.506
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	5,63%
Juros a incorrer (*)	(41.574)	(51.967)	(62.360)	(31.180)
Juros a incorrer líquido (*)	(124.643)	(155.774)	(186.893)	(93.051)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$11.746 (R\$15.472 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
BNDES Automático	7,50%	37.897	43.610	47.283	49.608	375.916	554.314
Total		<u>37.897</u>	<u>43.610</u>	<u>47.283</u>	<u>49.608</u>	<u>375.916</u>	<u>554.314</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	112.420

(*) Por sinistro

28. EVENTO SUBSEQUENTE

No dia 05 de janeiro de 2016 a Companhia aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), mediante a emissão de 4.167 (quatro milhões, cento e sessenta e sete mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,20. O capital social passou a ser R\$393.996 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e noventa e seis mil), dividido em 331.059 (trezentos e trinta e um milhões, cinquenta e nove mil) ações, todas integralmente subscritas e integralizadas por Arteris S.A.

Entrou em vigor a partir da zero hora do dia 22 de fevereiro de 2016 o reajuste tarifário, conforme prevê o contrato firmado entre Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e a Autopista Litoral Sul S.A. O reajuste foi aprovado pela 8ª Revisão Ordinária, a 10ª Revisão Extraordinária e Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio. Esse indicou o percentual positivo de 11,05%, correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária. A Tarifa Básica de Pedágio foi reajustada, após arredondamento, de R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) para R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos), nas praças de pedágio P1, em São José dos Pinhais/PR; P2, em Garuva/SC; P3, em Araquari/SC; P4, em Porto Belo/SC e P5, em Palhoça/SC.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia” ou “Litoral Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 358,6 quilômetros, que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Praça de pedágio de São José dos Pinhais - P1	Km 637+600 BR 376	2,30
Praça de pedágio de Garuva - P2	Km 001+350 BR 101	2,30
Praça de pedágio de Araquari - P3	Km 079+400 BR 101	2,30
Praça de pedágio de Porto Belo - P4	Km 159+000 BR 101	2,30
Praça de pedágio de Palhoça - P5	Km 243+000 BR 101	2,30

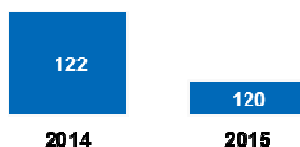
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou R\$120 milhões de veículos equivalentes em 2015, uma queda de 1,6% quando comparado ao exercício anterior. Essa redução é decorrente do mau desempenho da economia nacional, que impactou na retração econômico-financeira da região, além da entrada em vigor da lei do caminhoneiro, que isenta a tarifa de pedágio para o eixo suspenso. Na recomposição tarifária para 2016 a lei do caminhoneiro foi reequilibrada em tarifa na revisão ordinária contratual.

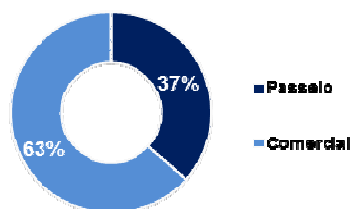
Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego

Ano 2015

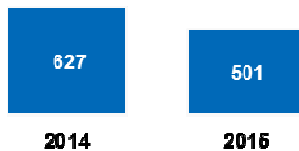


Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$501 milhões em 2015, uma redução de 25,1% em relação aos R\$627 milhões registrados em 2014.

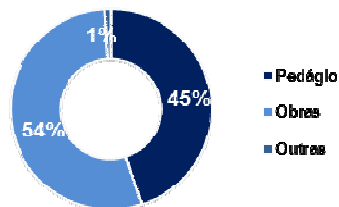
Receita Bruta

(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta

Ano 2015



A receita de pedágio cresceu 2,6%, passando de R\$217,7 milhões em 2014 para R\$223,4 milhões em 2015. O reajuste de 11,05%, correspondente à variação do IPCA no período, provocou o aumento da receita mesmo com a retração do tráfego.

Já a receita de obras registrou declínio de R\$ 126,2 milhões (31,6%), passando de R\$399,9 milhões em 2014 para R\$273,7 milhões em 2015. A redução foi ocasionada pelo término de algumas obras que estavam em execução no exercício de 2014. Já em 2015 a principal obra em execução é o Contorno de Florianópolis que teve sua execução comprometida no exercício devido ao longo período de chuvas.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$3,5 milhões em 2015.

No ano de 2015, a Companhia obteve receita líquida de R\$480,9 milhões, R\$125,0 milhões inferior ao ano de 2014.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custo dos serviços de construção	(273,7)	(415,5)	-34,1%
Serviços de terceiros	(35,1)	(34,8)	0,9%
Pessoal	(33,9)	(29,0)	16,9%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(13,4)	(6,1)	119,7%
Conservação	(12,0)	(13,9)	-13,7%
Verba de fiscalização	(9,8)	(9,2)	6,5%
Seguros e garantias	(3,0)	(3,8)	-21,1%
Remuneração da Administração	(1,8)	(1,4)	28,6%
Consumo	(13,3)	(11,5)	16,0%
Outros	(15,3)	(7,5)	103,5%
Custos e despesas	(411,3)	(532,7)	-22,8%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram queda de 22,8% em 2015 em comparação ao exercício de 2014. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Custos dos Serviços de Construção reduziu R\$ 141,8 milhões, devido ao término de algumas obras que estavam em execução no exercício de 2014. Já em 2015 a principal obra em execução é o Contorno de Florianópolis que teve sua execução comprometida no exercício devido ao longo período de chuvas.
- Redução de R\$1,9 milhões na rubrica “Conservação” houve um remanejamento no cronograma de execução de conservação rotineira que impactou em redução dos custos em 2015.
- Os Seguros e Garantias sofreram impacto de -21,1%, a variação negativa deve-se pela melhora nas tratativas dos seguros, uma vez que agora há centralização nas negociações de todo o grupo.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receita líquida	480,1	621,6	-22,8%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(411,3)	(532,7)	-22,8%
EBITDA	68,8	88,9	-22,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	13,4	6,1	119,7%
EBITDA Ajustado	82,2	95,0	-13,5%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2015 em R\$82,2 milhões, com uma redução de 13,5% em relação ao ano anterior. Essa retração foi gerada, principalmente, pela redução do tráfego pedagiado comentado acima.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	8,3	6,3	31,7%
Despesas Financeiras	(84,7)	(65,1)	30,1%
Resultado Financeiro Líquido	(76,4)	(58,8)	29,9%

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$76,4 milhões, 29,9% maior em relação ao ano de 2014.

Em 2015 as receitas financeiras apresentaram um aumento de R\$2,0 milhões em relação ao ano anterior, que correspondeu a R\$8,3 milhões, a variação deve-se ao aumento dos juros que remuneraram as aplicações financeiras atreladas ao CDI.

As despesas financeiras sofreram um aumento de R\$19,6 milhões (30,1%) em consequência de novas captações do contrato de financiamento junto ao BNDES e novas contratações de empréstimos junto a Controladora.

Prejuízo Líquido

O exercício de 2015 a companhia encerrou sem lucro líquido, assim como no de 2014. Os principais fatores que contribuíram foram os já mencionados acima, como a retração no cenário econômico o que afetou negativamente a receita de pedágio; maiores taxas de juros e a incidência da cobrança das alíquotas de PIS e Cofins a partir de julho sobre o rendimento de aplicações financeiras, o que contribuiu para a queda no resultado.

Prejuízo Líquido(R\$ milhões)

2015 (42,3)	2014 (0,2)
------------------------------	-----------------------------

Endividamento

R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014	Var.
Dívida Bruta	554,3	526,8	5,2%
Curto Prazo	37,9	62,7	-39,6%
Longo Prazo	516,4	464,1	11,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	26,2	48,1	-45,5%
Dívida Líquida	528,1	478,7	10,3%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento bruto totalizava R\$ 554,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 27,5 milhões (5,2%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida bruta resulta da captação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2015 em R\$528,1 milhões, apresentando aumento de R\$49,4 milhões em relação ao montante de R\$478,7 milhões registrado no encerramento do exercício de 2014. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado, ficou em 6,42 vezes.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$333,9 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) Execução de Passarelas sobre Pista Dupla; (ii) Implantação de Ruas Laterais; (iii) Implantação de terceiras faixas; (iv) Implantação de Viadutos; (vi) Construção do Contorno de Florianópolis; (vii) Alargamento e Reforço de pontes ao longo da Rodovia, Recuperação de pavimentos e de sinistros.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2015	2014
Empregos Diretos	690	595
Rotatividade	8,08%	3,56%

No que concerne à diversidade, a Autopista Litoral Sul apresenta uma participação majoritária de 52,32% de mulheres, contra 47,68% de homens. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 54,06% dos profissionais. Vale mencionar que 11,45% possuem superior completo.

Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. As atividades envolveram uma média de 41,41 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema - Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR - Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por

estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. . O Sistema

de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

Apoio aos projetos de incentivo fiscal

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Diretoria

Paulo Mendes Castro
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

Contador

Adriano Pelek
CRC - PR 048770/O-0